

JOSÉ DE MELLO SAÚDE, S.A.

Sede: Avenida do Forte, nº 3 - Edifício Suécia III, Carnaxide • Portugal

Capital Social: EUR 53.000.000, pessoa colectiva nº 502884665, matriculada sob o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial de Cascais

COMUNICADO

Contas individuais do exercício de 2014

Em complemento à informação divulgada ontem relativa ao Relatório e Contas do exercício de 2014 que, por lapso, não inclui a informação relativa às contas individuais, vem a José de Mello Saúde, S.A. publicar a referida informação.

30 de Abril de 2015



7. INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

 73



7.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

  74

JOSÉ DE MELLO SAÚDE, S.A
 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
 Período findo em 31 de Dezembro de 2014


Quantias em Euros

	Notas	31-12-2014	31-12-2013
Activo			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	6	3.504.983	1.804.744
Activos Intangíveis	5	-	1.090
Investimentos em Subsidiárias e Participadas	7	74.300.139	75.729.473
Accionistas	8/4	10.000.000	5.000.000
Activos por Impostos Diferidos	12	-	3.164.690
		<u>87.805.122</u>	<u>85.699.997</u>
Activo Corrente			
Clientes	8	3.306.122	812.897
Estado e Outros Entes Públicos	9	7.169.441	6.595.826
Accionistas	8/4	11.012.221	11.433.438
Outras Contas a Receber	8	907.773	404.432
Outros Activos Financeiros	3	10.404.062	423.475
Caixa e Depósitos Bancários	3	42.380.062	255.926
		<u>75.179.681</u>	<u>19.925.995</u>
Total do Activo		162.984.803	105.625.992
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital	8	53.000.000	53.000.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	8	14.350.000	14.350.000
Reservas Legais	8	2.495.813	1.560.932
Outras Reservas	8	12.248	12.248
Resultados Transitados	8	(3.310.010)	(21.072.744)
Ajustamentos em Activos Financeiros		(37.434.593)	(37.434.593)
Resultados Líquidos do Período		18.693.768	18.697.615
		<u>47.807.226</u>	<u>29.113.458</u>
Total do Capital Próprio		47.807.226	29.113.458
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	43.586.638	51.485.409
Financiamentos Obtidos	8	59.264.357	10.041.459
		<u>102.850.995</u>	<u>61.526.868</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	8	904.232	177.877
Estado e Outros Entes Públicos	9	30.803	58.479
Financiamentos Obtidos	8	9.783.881	14.007.499
Outras Contas a Pagar	8	1.607.666	741.811
		<u>12.326.582</u>	<u>14.985.666</u>
Total do Passivo		115.177.578	76.512.534
Total do Capital Próprio e Passivo		162.984.803	105.625.992

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



JOSÉ DE MELLO SAÚDE, S.A
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Quantias em Euros	
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros		Resultado Líquido do Período
1	53.000.000	14.350.000	1.433.878	-	(30.592.922)	(14.646.606)	(13.140.755)	10.403.595
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	-	-	127.054	-	-	-	(127.054)	-
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	-	-	-	-	(13.267.809)	-	13.267.809	-
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	(13.267.809)	-	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	-	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-	-	-	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	-	-	-	12.248	22.787.988	(22.787.987)	-	12.249
3	-	-	-	12.248	22.787.988	(22.787.987)	-	12.249
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-
5=3+4	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-
6	-	-	-	-	-	-	-	-
7=1+2+3+4+6	53.000.000	14.350.000	1.560.932	12.248	(21.072.744)	(37.434.593)	18.697.615	29.113.458
7	53.000.000	14.350.000	1.560.932	12.248	(21.072.744)	(37.434.593)	18.697.615	29.113.458
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	-	-	934.881	-	-	-	(934.881)	-
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	-	-	-	-	17.762.734	-	(17.762.734)	-
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	17.762.734	-	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	-	-	-	-	-
8	-	-	-	-	-	-	-	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
9	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO INTEGRAL	-	-	-	-	-	-	-	-
11=9+10	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-
13=7+8+9+10+12	53.000.000	14.350.000	2.495.813	12.248	(3.310.010)	(37.434.593)	18.693.768	47.807.226

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



JOSÉ MELLO SAÚDE, S.A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Período findo de 31 de Dezembro de 2014

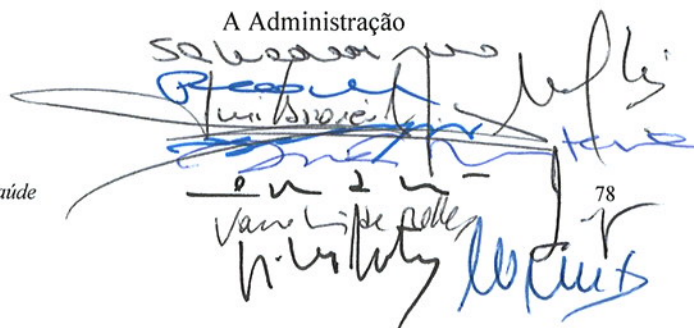
Quantias em Euros

	31-12-2014	31-12-2013
Fluxo de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes	1.769.663	1.591.453
Pagamentos a Fornecedores	(4.699.801)	(3.565.749)
Pagamentos ao Pessoal	(1.001.423)	(1.499.807)
Caixa gerada pelas operações	(3.931.561)	(3.474.103)
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	4.597.321	7.054.804
Outros recebimentos / pagamentos	(1.485.679)	(940.644)
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)	(819.919)	2.640.058
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	(51.495)	(47.593)
Activos Fixos Tangíveis - Leasings	(165.598)	(14.058)
Investimentos Financeiros	(367.500)	(13.645.000)
	(584.593)	(13.706.652)
Recebimentos provenientes de:		
Activos Fixos Tangíveis	-	36.052
Investimentos Financeiros	1.425.834	11.133.747
Juros e Rendimentos Similares	160.435	3.861
Dividendos	15.473.115	-
	17.059.383	11.173.660
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)	16.474.790	(2.532.992)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos	79.650.000	26.800.000
Financiamentos Intragrupo	114.323.656	12.683.400
	193.973.657	39.483.400
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos	(22.891.600)	(25.500.000)
Juros e Gastos Similares	(3.017.307)	(1.178.968)
Outras Operações de Financiamento	(118.902.439)	(14.053.773)
	(144.811.346)	(40.732.741)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)	49.162.311	(1.249.341)
Variações de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)	64.817.182	(1.142.275)
Efeito das Diferenças de Câmbio		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	(12.384.578)	(11.101.303)
Caixa e seus Equivalentes Provenientes da Fusão	-	(141.000)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	52.432.604	(12.384.578)

O Técnico Oficial de Contas



A Administração





JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

**7.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS A 31 DE DEZEMBRO DE
2014**



**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

1. INFORMAÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DA ENTIDADE

A José de Mello Saúde SA (“Empresa”) é uma entidade privada de Serviços de Saúde com várias unidades em Portugal.

O capital é detido pela José de Mello S.G.P.S., S.A. (65,85%), pela Fundação Amélia da Silva de Mello (4,15%) e pela Farminveste, S.A. (30%).

RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras da José de Mello Saúde SA foram preparadas em conformidade com as “*Internacional Financial Reporting Standards*” (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014.

2.1.1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao período de 2014

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas Normas e Interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014:

• IFRS 11 – Acordos conjuntos

Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés da sua forma jurídica (como é actualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.

• IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades

Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora do balanço.

• IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – Entidades de investimento (Emendas)

Cria uma excepção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas situações, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.



- IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas

Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas.

- IAS 28 – Investimentos em associadas e joint ventures

O objectivo da IAS 28 é o determinar regras para a contabilização de investimntos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.

- IAS 32 – Instrumentos financeiros (Emenda)

A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.

- IAS 36 – Imparidade de activos (Emenda)

As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um activo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos activos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.

- IAS 39 – Instrumentos financeiros (Emenda)

O objectivo das alterações propostas é proporcionar uma excepção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.

A introdução destas interpretações e a aplicação destas normas não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.1.2 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de Janeiro de 2015, que a Entidade decidiu não adoptar antecipadamente:

a) Já endossadas pela União Europeia:

- IAS 19 – Benefícios de empregados (Emenda)

O objectivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.

- IFRIC 21 – Taxas

Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o facto gerador da obrigação,

que dá origem a um passivo, é a actividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

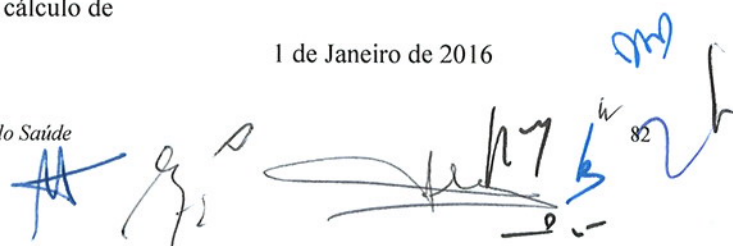
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.

Estas normas, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Entidade no período findo em 31 de Dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Data de aplicação
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	1 de Janeiro de 2018
IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou entrega de activos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto	1 de Janeiro de 2016
IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: aplicação da excepção de consolidação	1 de Janeiro de 2016
IFRS 11 – Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas	1 de Janeiro de 2016
IAS 27 – Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras	1 de Janeiro de 2016
IFRS 14 – Contas de diferimento relacionadas com actividades reguladas	1 de Janeiro de 2016
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1 de Janeiro de 2017
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras	1 de Janeiro de 2016
IAS 16 e IAS 41 – Plantas que geram produto agrícola	1 de Janeiro de 2016
IAS 16 e IAS 38 – Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos	1 de Janeiro de 2016



Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, a Empresa não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição, incluindo todos os custos associados à sua aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e depreciações acumuladas por imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, desde o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, segundo o método da linha recta, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo aplicadas as seguintes taxas:

	2014	2013
Edifícios e Outras Construções	5% – 10%	5% – 10%
Equipamento Básico	14,28% – 33,33%	14,28% – 33,33%
Equipamento Administrativo	12,50% – 25%	12,50% – 25%

A imparidade destes activos é determinada tendo por base os critérios descritos no ponto da “Imparidade de Activos”.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no Resultado Líquido do Período no ano em que o activo é desreconhecido.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes activos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respectiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção, de instalação ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Activos Intangíveis

Activos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo dos Activos Intangíveis adquiridos numa concentração de atividades é o seu justo valor à data de aquisição.

Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral no ano em que o gasto ocorre.

Após o reconhecimento inicial os Activos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Activos Intangíveis podem ser finitas ou indefinidas.

Os Activos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados anualmente quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Activos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica estimada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade.

A imparidade destes activos é determinada tendo por base os critérios descritos no ponto da “Imparidade de Activos”.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se a imparidade nunca tivesse sido registada.

Para um Activo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha recta.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2014	2013
Programas de computador	25%	25%

O gasto com amortizações de activos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no Resultado Líquido do Período no ano em que o activo é desreconhecido.

Investimentos em Subsidiárias e Participadas

Os Investimentos Financeiros relativos a partes de capital em Entidades Subsidiárias e Participadas valorizados pelo respetivo custo considerado à data da transição para IFRS, isto é, 1 de Janeiro de 2012.

Os dividendos associados a participações de capital só são reconhecidos como proveitos quando se encontra assegurado o respectivo recebimento, e os juros provenientes de títulos são contabilizados no período a que respeitam. O “*Goodwill*” encontra-se incluído no valor escriturado do investimento, não é amortizado, nem sujeito a testes individuais de imparidade. Contudo, caso sejam detectados indícios de imparidade, os Investimentos Financeiros são sujeitos a testes de imparidade.

Activos Financeiros (para além de Investimentos Financeiros)

Os Activos Financeiros classificam-se como segue, dependendo da intenção do Conselho de Administração na sua aquisição:

- **Financiamentos e Contas a Receber** - Incluem-se os Activos Financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis. Os saldos de Clientes, de Outras Contas a Receber e de Accionistas são registados ao justo valor e, subsequentemente, ao custo amortizado, que será ajustado



em resultado da realização de testes de imparidade, sempre que tal seja requerido pelas Normas, ou sejam detectados indícios que requeiram a realização desses testes.

- **Investimentos Detidos até à Maturidade** - Os Investimentos Detidos até à Maturidade são classificados como Activos Não Correntes, excepto se o seu vencimento ocorrer em data anterior a 12 meses contados a partir da data de reporte, sendo registados nesta rubrica os Investimentos com maturidade definida, que a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até essa data. Os Investimentos Detidos até à Maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, determinadas tendo por base os critérios descritos no ponto “Imparidade de Activos”.
- **Investimentos Detidos para Negociação valorizados ao justo valor através de resultados**
Incluem-se nesta categoria os Activos Financeiros não derivados detidos para negociação, e os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”), sendo apresentados como Activos Correntes.

Um Activo Financeiro está classificado como detido para negociação se for:

- Adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito curto
- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo
- Um derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz)

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor dos Investimentos valorizados pelo justo valor através de resultados são registados na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral do período.

- **Activos Financeiros Disponíveis para Venda** - Os Investimentos Disponíveis para Venda são Activos Financeiros não derivados que:
 - A Empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou
 - São assim designados no momento da aquisição, ou
 - Não se enquadram nas restantes categorias de classificação dos Activos Financeiros.



Estes Activos são apresentados como Activos Não Correntes, excepto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de reporte.

Após o reconhecimento inicial, os Investimentos Disponíveis para venda são reconhecidos pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data de reporte, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. A amortização dos activos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda.

Os Investimentos que não sejam cotados e cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, determinadas tendo por base os critérios descritos no ponto “Imparidade de Activos”.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor dos Investimentos Financeiros Disponíveis para venda são registados no Capital Próprio, na rubrica de Outras Reservas, até que:

- O Investimento seja vendido, recebido, ou de qualquer forma alienado, ou
- O justo valor do Investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade

No momento em que se verificar alguma destas situações, o ganho ou perda acumulada é registado na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.

Imposto sobre o rendimento

A Empresa é tributada pelo Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras referidas à data de 31 de Dezembro de 2014.

A Empresa reconhece os Impostos Diferidos, de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Imposto Sobre o Rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transacções.

São reconhecidos Activos por Impostos Diferidos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os Activos por Impostos Diferidos



são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

O valor dos Impostos Diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do Activo por Imposto Diferido ou de liquidação do Passivo por Imposto Diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram Impostos Activos e Passivos Diferidos.

O movimento ocorrido durante o exercício, a reconciliação entre o imposto do exercício e o imposto corrente e a decomposição dos saldos de Impostos Diferidos estão apresentados na Nota 12.

Caixa e seus Equivalentes

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a rubrica Caixa e seus Equivalentes inclui os valores das rubricas de Caixa e Depósitos Bancários, que figuram na Demonstração da Posição Financeira, com uma maturidade de 3 meses ou menos, e os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos.

Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem, e classificam-se como segue:

- **Financiamentos Bancários** - Os Financiamentos são valorizados ao custo amortizado, sendo o valor recebido líquido de comissões com a emissão desses Financiamentos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e contabilizados na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.
- **Contas a Pagar** - Os saldos de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, sempre que aplicável, são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.



Activos e Passivos Contingentes

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo divulgados nestas Notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Provisões

São constituídas Provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) em resultado de acções passadas, quando é provável uma saída de recursos económicos para fazer face a essa obrigação e esta possa ser medida com fiabilidade.

Instrumentos de Capital Próprio

Os Instrumentos de Capital Próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. Os Instrumentos de Capital Próprio emitidos pela Empresa são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

Reconhecimento de réditos

Os réditos são reconhecidos como tal, na medida em que é provável que fluam benefícios económicos para a Empresa, e que possam ser avaliados com fiabilidade.

Para que os réditos sejam reconhecidos é necessário também que sejam observados na íntegra os seguintes critérios:

- **Serviços Prestados** - O rédito relativo a Serviços Prestados é reconhecido no período em que os serviços são efectivamente prestados, independentemente de ter sido, ou não, emitida a respectiva factura.
- **Juros** - O rédito relativo a juros a receber é periodificado, de forma a que os juros sejam reconhecidos no período a que respeitem, independentemente de ser, ou não, emitido o respectivo documento de suporte.

- **Dividendos** - Estes proveitos são reconhecidos quando, em substância, se constitui, na entidade declarante, a obrigação de proceder à declaração de dividendos.

Imparidade de Activos

A Empresa avalia, em cada data de reporte, se existem indícios de imparidade dos seus activos. Sempre que estes se verificam, ou quando as IFRS requerem a realização de testes de imparidade, a Empresa estima o valor recuperável do activo em questão, que corresponde ao mais alto entre o correspondente valor realizável, deduzido de eventuais custos de venda, ou ao seu valor de uso. Caso se verifique uma situação de imparidade, o valor do activo é reduzido por forma a reflectir o seu valor recuperável.

Transacções em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Empresa é o Euro. Durante o exercício não se verificaram transacções em moeda estrangeira.

Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de reporte que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data de reporte que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, se materiais.

2.3. Julgamentos da Gestão

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, o Conselho de Administração utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas, ou resultado de uma informação ou experiência adquiridas. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras são como segue:



- **Valorização e vida útil de Activos Tangíveis e Intangíveis** - A Empresa utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos Activos Tangíveis e Intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de Entidades, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos activos.
- **Reconhecimento de Provisões e Ajustamentos** - A Empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus Advogados, efectua um julgamento para determinar se deve ser registada uma Provisão para essas contingências. Os Ajustamentos para Contas a Receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das partidas que compõem os saldos de Contas a Receber, o perfil de risco da entidade e a respectiva situação financeira. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para Contas a Receber diferem de negócio para negócio.
- **Determinação do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros** - A Empresa escolhe o método de avaliação que considera apropriado para determinar o valor de mercado de Instrumentos Financeiros não cotados num mercado activo, com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos activos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado.

3. FLUXOS DE CAIXA

O saldo de Caixa e seus Equivalentes, constante da Demonstração dos Fluxos de Caixa decompõem-se da seguinte forma:

	2014	2013
Caixa	418	418
Depósitos à Ordem	10 884 644	255 508
Outros Depósitos Bancários	31 495 000	-
	42 380 062	255 926
Outros Activos Financeiros	10 404 062	423 475
	52 784 124	679 402
Descobertos Bancários	(351 521)	(13 063 980)
	52 432 604	(12 384 578)

4. PARTES RELACIONADAS

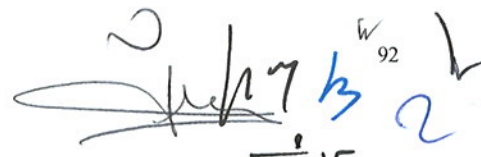
O Grupo onde a Empresa se insere e a natureza do relacionamento com as partes relacionadas estão evidenciados no quadro seguinte:

Subsidiárias	Serviços que a Empresa presta / Transações que faz	Serviços que a Empresa recebe / Transações que recebe
Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda		Consultoria
Clinica Cuf Alvalade, SA	Aluguer de Equipamentos	
Clinica Cuf Belem, SA	Aluguer de Equipamentos	
Hospital Cuf Cascais, SA	Aluguer de Equipamentos	
Dr. Campos Costa - Consultório Tomog Computorizada, SA	Aluguer de Equipamentos	
Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA	Consultoria	
Hospital Cuf Descobertas, SA	Aluguer de Equipamentos	
Hospital Cuf Infante Santo, SA	Cedência de Pessoal	
Hospital Cuf Porto, SA	Aluguer de Equipamentos	
JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais ACE	Serviços Partilhados	
Loja Saude Cuf - Produtos e Serviços de Saude e Bem Estar, SA	Serviços Partilhados	
PPPS - Parcerias Públicas Privadas na Saúde - SGPS, SA		Empréstimos Recebidos
S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, SA	Serviços Partilhados	
Sagies - Segurança, Higiene e Saude no Trabalho, SA	Serviços Partilhados	Medicina no Trabalho

A quantia das transacções e dos saldos pendentes são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Serviços Prestados	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionista Empréstimos obtidos
Academia Cuf, Lda	2014	-	-	-	-	182.175
	2013	-	-	-	-	22.105
Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda	2014	-	265.717	-	326.831	623.000
	2013	-	-	-	-	423.000
Clínica Cuf Alvalade, SA	2014	8.662	-	10.654	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Clínica Cuf Belem, SA	2014	11.619	-	14.291	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Hospital Cuf Cascais, SA	2014	11.139	-	9.234	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Dr. Campos Costa - Consultório Tomog Computorizada, SA	2014	207.063	-	812.886	-	-
	2013	18.021	-	22.166	-	-
Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA	2014	-	-	-	-	-
	2013	-	-	10.775	-	1.000.000
Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA	2014	11.262	-	13.852	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Hospital Amadora / Sintra Soc. Gestora, SA	2014	-	-	-	-	383.937
	2013	-	-	-	-	355.244
LBO Land Unipessoal, Lda	2014	-	-	-	-	806.602
	2013	-	-	-	-	-
Hospital Cuf Descobertas, SA	2014	75.574	-	92.956	-	-
	2013	-	-	-	-	300.000
Hospital Cuf Infante Santo, SA	2014	3.178	-	3.908	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Hospital Cuf Porto, SA	2014	130.751	-	104.122	-	10.000.000
	2013	4.920	-	6.052	-	5.000.000
JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais ACE	2014	402.218	-	1.845.617	-	-
	2013	371.177	-	461.200	-	-
Loja Saude Cuf - Produtos e Serviços de Saude e Bem Estar, SA	2014	24.068	-	7.401	-	-
	2013	12.108	-	9.929	-	-
Nova imagem - Centro de Radiodiagnóstico, SA	2014	-	-	-	-	17.388
	2013	-	-	-	-	-
PPPS - Parcerias Públicas Privadas na Saúde - SGPS, SA	2014	-	-	-	-	2.000.000
	2013	-	-	-	-	2.000.000
S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, SA	2014	22.007	-	12.671	-	-
	2013	90.888	-	15.220	-	-
Sagies - Segurança, Higiene e Saude no Trabalho, SA	2014	57.938	396	28.031	107	-
	2013	45.241	1.090	6.171	211	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2014	2013
Total de Remunerações	418.020	1.143.437

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, amortizações acumuladas e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Programas de Computador
Valor Bruto Contabilístico	
A 1 de Janeiro de 2013	14.245
Fusão JMS, Lda	57.018
A 31 de Dezembro de 2013	71.262
A 31 de Dezembro de 2014	71.262

	Programas de Computador
Amortizações e Imparidade:	
A 1 de Janeiro de 2013	14.245
Amortizações do exercício	4.361
Fusão JMS, Lda	51.567
A 31 de Dezembro de 2013	70.172
Amortizações do exercício	1.090
A 31 de Dezembro de 2014	71.262
Valor líquido contabilístico:	
A 31 de Dezembro de 2014	-
A 31 de Dezembro de 2013	1.090
A 1 de Janeiro de 2013	-

6. ACTIVOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:



	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total Activos Tangíveis
Valor Bruto contabilístico:					
A 1 de Janeiro de 2013	-	1.365	103.479	-	104.844
Aumentos	46.725	987.924	23.187	431.580	1.489.416
Fusão JMS, Lda	358.893	-	110.499	-	469.392
A 31 de Dezembro de 2013	405.618	989.289	237.165	431.580	2.063.652
Aumentos	59.341	2.340.415	12.818	329.719	2.742.292
Transferências	48.139	9.400	-	(57.539)	-
Abates	-	(825.000)	-	-	(825.000)
A 31 de Dezembro de 2014	513.098	2.514.104	249.983	703.760	3.980.944
Depreciações e Imparidade:					
A 1 de Janeiro de 2013	-	1.365	98.854	-	100.219
Depreciações	39.422	18.276	15.429	-	73.128
Fusão JMS, Lda	66.990	-	18.572	-	85.562
A 31 de Dezembro de 2013	106.412	19.640	132.855	-	258.908
Depreciações	43.280	320.562	18.211	-	382.053
Alienações	-	(165.000)	-	-	(165.000)
A 31 de Dezembro de 2014	149.692	175.202	151.066	-	475.961
Valor líquido contabilístico:					
A 31 de Dezembro de 2014	363.405	2.338.901	98.917	703.760	3.504.983
A 31 de Dezembro de 2013	299.206	969.649	104.310	431.580	1.804.744
A 1 de Janeiro de 2013	-	-	4.625	-	4.625

Como se pode verificar pelo mapa acima, os principais aumentos do ano foram de equipamento básico adquirido para alugar aos seus clientes.

7. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E PARTICIPADAS

Esta conta apresenta a seguinte decomposição:

	Atividade	2014	% Detida	2013	% Detida
Academia Cuf Lda	Formação	5.000	100,00%	5.000	100,00%
Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda	Serviços ao Cliente	-	100,00%	-	24,90%
Clinica Cuf Alvalade, SA	Prestação de Serviços de Saúde	1.164.124	100,00%	1.164.124	100,00%
Hospital Cuf Cascais, SA	Prestação de Serviços de Saúde	-	100,00%	-	100,00%
Hospital Cuf Torres Vedras, SA	Prestação de Serviços de Saúde	-	100,00%	-	100,00%
Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA	Prestação de Serviços de Saúde	-	60,00%	-	60,00%
Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA	Prestação de Serviços de Saúde	3.361.905	60,00%	3.897.739	60,00%
Hospital Amadora / Sintra Soc. Gestora, SA	Prestação de Serviços de Saúde	-	88,00%	-	88,00%
Hospital Cuf Descobertas, SA	Prestação de Serviços de Saúde	6.357.407	100,00%	6.357.407	100,00%
Hospital Cuf Infante Santo, SA	Prestação de Serviços de Saúde	20.776.355	100,00%	20.776.355	100,00%
Loja Saude Cuf - Produtos e Serviços de Saude e Bem Estar, SA	Parafarmácia	117.188	100,00%	117.188	100,00%
PPFS - Parcerias Públicas Privadas na Saúde - SGPS, SA	Gestão de Participações Sociais	-	100,00%	-	100,00%
S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, SA	Serviços Domiciliários	1.015.891	100,00%	1.015.891	100,00%
Vramondi International BV	Gestão de Participações Sociais	18.928.713	100,00%	18.928.713	100,00%
Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, SA	Gestão de Infraestrutura	895.573	34,00%	1.606.573	34,00%
Escala Parque - Gestão de Estacionamentos SA	Gestão de Infraestrutura	- 140.984	34,00%	- 140.984	34,00%
Valir - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS SA	Gestão de Participações Sociais	21.446.465	92,60%	21.446.465	92,60%
IBET	Investigação	5.000	5,00%	5.000	5,00%
LBO Land Unipessoal, Lda	Compra e venda bens Imóveis	367.500	100,00%	550.000	100,00%
		74.300.139		75.729.473	

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Seguem os instrumentos financeiros evidenciados na Demonstração da Posição Financeira, excepto Investimentos em Subsidiárias e Participadas, Outros Activos Financeiros e Caixa e Depósitos Bancários:

Clientes

A quantia total escriturada relativamente a clientes encontra-se decomposta no quadro seguinte:

	2014	2013
Corrente		
Clientes		
Custo	3.306.122	812.897
	3.306.122	812.897

A antiguidade de clientes decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			≤ 180 Dias	181-365 Dias	366-545 Dias	546-730 Dias	>730
2014	3.306.122	1.317.182	1.509.664	284.679	41.327	16.870	136.400
2013	812.897	323.864	371.191	69.996	10.161	4.148	33.538

Outras Contas a Receber

As Outras contas a Receber discriminam-se como segue:

	2014	2013
Outras contas a receber		
Pessoal	1.599	-
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	513	-
Outros devedores	740.644	224.164
Gastos a reconhecer		
Rendas	47.060	47.060
Seguros	2.079	1.517
Juros	115.879	-
Gastos Financeiros		131.692
	907.773	404.432

Accionistas

A rubrica de accionistas decompõe-se do seguinte modo:

	2014	2013
Não Corrente		
Hospital Cuf Porto, S.A.	10.000.000	5.000.000
Corrente		
José de Mello SGPS, S.A.	4.112.780	4.112.780
PPPS - Parcerias Público Provadas na Saúde, -SGPS, S.A.	2.000.000	2.000.000
Farminveste SA	1.763.018	2.296.988
Vramondi International BV	1.523.321	1.523.321
BESO- Serviços de Comididade e Conveniência, Lda	623.000	423.000
IMO HEALTH – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda,	406.602	0
Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	0	1.000.000
Outros	583.500	77.349
	11.012.221	11.433.438

Capital

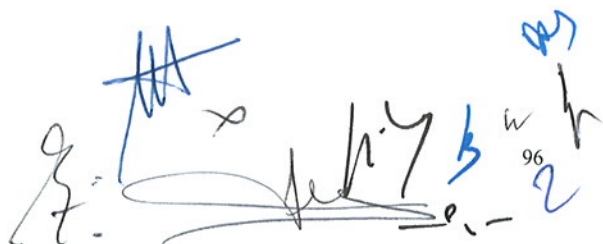
O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, dividido em 10.600.000 ações, no valor de 5 Euros cada, e que se divide da seguinte forma:

Capital	2014	2013
Capital		
José de Mello SGPS, S.A.	34.900.500	34.900.500
Farminveste-Investimentos, Participações e Gestão, SA	15.900.000	15.900.000
Fundação Amélia da Silva de Mello	2.199.500	2.199.500
	53.000.000	53.000.000

As principais variações ocorridas nos Capitais Próprios, como se pode verificar pela Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios foram:

- Aplicação do Resultado Líquido do ano anterior da seguinte forma: 17.762.734 Euros para Resultados Transitados e 934.881 para Reservas Legais, conforme Acta nº43.

As Reservas e outras rubricas do capital próprio registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:





	Reservas Legais	Reservas Livres	Resultados Transitados	Total
1 de Janeiro de 2013	1.433.878	-	(30.592.922)	(29.159.044)
Adições	127.054	12.248	(13.267.809)	(13.128.507)
Outras Alterações			22.787.988	22.787.988
31 de Dezembro 2013	1.560.932	12.248	(21.072.744)	(19.499.564)
Adições	934.881		17.762.734	18.697.615
31 de Dezembro 2014	2.495.813	12.248	(3.310.010)	(801.949)

A Reserva legal não está totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que se procedeu à dotação do valor mínimo estipulado (5% do resultado líquido). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

	2014	2013
Fornecedores, conta corrente	904 232	177 877
	904 232	177 877

Outras Contas a Pagar

As Outras contas a Pagar discriminam-se como segue:

	2014	2013
Outras contas a pagar		
Pessoal	8.275	5.473
Fornecedores de investimento	703.760	360
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar (Férias/Subsídio de férias)	209.986	11.255
Outros	684.564	724.224
Outros credores	1.081	500
	1.607.666	741.811

97

Financiamentos Obtidos

Os Financiamentos Obtidos Não Correntes e Correntes discriminam-se como segue:

	2014	2013
Não corrente		
Financiamentos Obtidos		
Empréstimos Bancários		
Novo Banco	1.967.982	3.046.304
Banco Montepio	-	6.758.858
Locações Financeiras	1.450.709	236.297
Empréstimos por Obrigações	49.559.952	-
Papel Comercial	6.285.714	-
	59.264.357	10.041.459
Corrente		
Financiamentos Obtidos		
Empréstimos Bancários		
Novo Banco	700.370	714.279
Locações Financeiras	567.705	229.241
Descobertos Bancários	351.521	13.063.980
Empréstimos por Obrigações	-	-
Papel Comercial	8.164.286	-
	9.783.881	14.007.499
	69.048.238	24.048.958

O empréstimo obrigacionista foi emitido pela JMSH no montante de 50 milhões de euros, em Junho de 2014. O prazo do empréstimo é de 5 anos, vencendo-se em 2019.

As locações encontram-se detalhadas na Nota 10 – Locações.

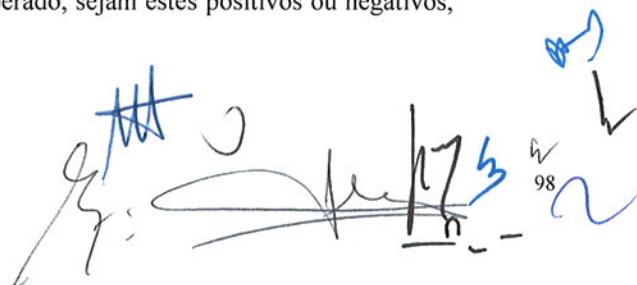
Compromissos financeiros com garantias

À data de 31 de Dezembro de 2014 a entidade tem em carteira as seguintes garantias prestadas:

Garantia	Banco	Data do início	Montante	Beneficiário	Objecto
N00367208	BES	19-05-2011	2.400.000,00 €	HVFX	Acordo de subscrição e realização de capital

Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.



No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de taxa de câmbio
- Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

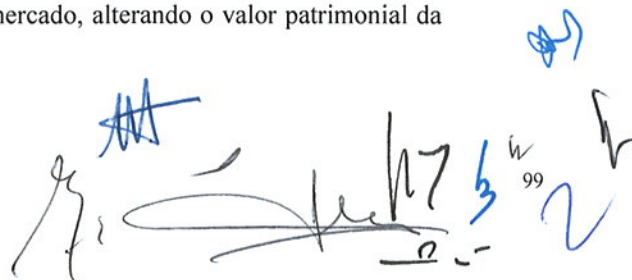
Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação e avaliação – é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.





A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, na sua Demonstração da Posição Financeira, de activos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável.

No primeiro caso, a Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses activos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

De forma a gerir o risco de taxa de juro, a Empresa procura manter uma carteira variada de financiamentos concedidos e obtidos de taxa de juro fixa e de taxa variável.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda. A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar;
- Atividades de financiamento – Financiamentos Obtidos.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e outras Contas a Receber é efectuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela Empresa;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna;
- A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada com base em notações de crédito fornecidas por entidades especializadas externas;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados e os fornecimentos para os clientes mais significativos estão normalmente cobertos por garantias.
- A Empresa tem em vigor contratos de factoring mediante os quais cede os créditos e em que o risco de cobrabilidade passa para a entidade de Factoring.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

As contas de Estado e Outros Entes Públicos apresentam a seguinte decomposição:



	2014	2013
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento	6 939 160	6 396 354
IVA	230 281	199 472
	7 169 441	6 595 826
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	19 175	42 905
Taxa Social Única (TSU)	11 628	15 574
	30 803	58 479

10. LOCAÇÕES

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A Empresa tem contratos de locação financeira para vários itens dos seus Activos Fixos Tangíveis, incluídos na Demonstração da Posição Financeira. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira, para cada categoria de activo:

	2014	2013
TANGIVEIS		
Equipamento Administrativo	2.191.621	49.169
Activos Tangíveis em Curso	-	431.580
	2.191.621	480.749

O total dos futuros pagamentos mínimos da locação financeira à data da Demonstração da Posição Financeira, repartidos por períodos de vencimentos, encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2014	2013
Não mais de um ano	567 705	229 241
Mais de um ano	1 450 709	236 297
	2 018 414	465 538

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram pagas rendas relativas a contratos de locação financeira no valor de 165.599 Euros e 14.058 Euros, respetivamente.

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de locação operacional em vigor na Empresa respeitam, essencialmente, a viaturas e equipamento de escritório.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram reconhecidos custos de 21.867 Euros e 7.944 Euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional

11. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões, por cada rubrica, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Outras Provisões
A 1 de Janeiro de 2013	60.253.780
Aumentos do ano	9.130.278
Reversões do ano	(17.898.650)
A 31 de Dezembro de 2013	51.485.409
A 1 de Janeiro de 2014	51.485.409
Aumentos do ano	3.624.104
Reversões do ano	(11.522.874)
A 31 de Dezembro de 2014	43.586.638

As principais variações ocorridas nesta rubrica dizem respeito ao ajustamento relativo ao reconhecimento e desconhecimento de responsabilidades sobre subsidiárias.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O gasto por impostos é o indicado no quadro seguinte:

	2014	2013
Imposto Corrente		
IRC do ano	(5.333.316)	(5.375.057)
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	3.164.690	(3.164.690)
	(2.168.626)	(8.539.747)

Houve alterações nas taxas de tributação de 25% para 23% de 2013 para 2014, respetivamente, no entanto não se verificaram lançamentos de novos impostos pelo que a quantia de gasto por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.



As quantias de Activos e Passivos por Impostos Diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2014	2013	2014	2013
Impostos Diferidos Activos				
Prejuízos Fiscais	0	3.164.690	3.164.690	-3.164.690
	0	3.164.690	3.164.690	-3.164.690

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes de impostos	16.525.142	10.157.868		
Taxa de imposto reduzida	17,00%			
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	23,00%	26,50%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	463.809	2.691.835	23,00%	26,50%
Proveitos não tributáveis				
Matéria colectável / prejuízo fiscal imputado por ACE				
Mais Valias Contabilísticas				
Imposto diferido	1.801.899			
Anulação do Metodo de equivalencia patrimonial				
Eliminação da dupla tributação	15.473.115			
Excesso de Estimativa para Impostos		30.220		
restituição de impostos	34.960			
Reversão de perdas por imparidade		16.698.650		
Reversão de provisões tributadas	550.000			
Benefícios Fiscais	2.925	10.794		
Outros	129.787	7.574.951		
	17.992.686	24.314.615	(28,54%)	(63,43%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Matéria colectável / lucro tributável imputado por ACE				
Donativos	70.142			
Multas, coimas e juros compensatórios	167			
Encargos de viaturas sem condutor	5.867			
Despesas não documentadas				
Imposto diferido				
Menos Valias Contabilísticas				
Realizações de utilidade social não dedutíveis	30.695			
Mais Valias Fiscais				
Anulação do Metodo de equivalencia patrimonial	19.413	27.991		
Ajustamentos para além limites legais				
Depreciações e amortizações não aceites como gasto	88			
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais		9.130.278		
Créditos incobráveis		25.814		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros		396.475		
Correcções relativas a exercicios anteriores	17.923	4.089		
Outros	11.920	22.964		
	156.216	9.607.611	(3,28%)	25,06%
Prejuízo Fiscal/Lucro tributável	(1.311.328)	(4.549.137)		
Taxa reduzida para os primeiros 15.000,00 Euros	17,00%			
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	23,00%	25,00%		
Imposto calculado			0,00%	0,00%
Tributação autónoma	34.629	48.742	0,21%	0,48%
Derrama			0,00%	0,00%
Derrama Estadual			0,00%	0,00%
Utilização de perdas fiscais			0,00%	0,00%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	3.164.690	(3.164.690)	19,15%	(31,16%)
Benefícios Fiscais				
Poupança Fiscal	(5.367.945)	(5.423.799)	(32,48%)	(53,40%)
	(2.168.626)	(8.539.747)	(13,12%)	(84,07%)
Imposto sobre o rendimento	(2.168.626)	(8.539.747)	(13,12%)	(84,07%)



13. SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2014	2013
Serviços Prestados		
Serviços	650.908	319.214
	<u>650.908</u>	<u>319.214</u>

Os Serviços Prestados em 2014 apresentam um valor de 650.908 Euros referente a serviços de aluguer de equipamentos e de prestação de serviços.

14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Rendimentos e Ganhos em empresas do grupo e associadas		
Alienações	-	36.052
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	-	2.519
Excesso da estimativa para Impostos	34.960	-
Outros	-	3.103
Restituição Impostos	129.787	30.194
Outros não especificados	470.218	439.871
	<u>634.965</u>	<u>511.740</u>

15. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos Gastos com Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais	418 020	1 143 437
Remunerações do Pessoal	168 534	52 775
Encargos sobre Remunerações	130 975	77 052
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	43 654	30 918
Gastos de acção social	5 277	4 567
Outros gastos com o Pessoal	497 268	670 808
	<u>1 263 728</u>	<u>1 979 558</u>

O número de pessoas ao serviço da Empresa em 31 de Dezembro de 2014 foi de 9 (2013: 9 pessoas).

**16. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS**

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Subcontratos	9 662	2 724
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	2 144 268	879 249
Publicidade e propaganda	22 890	49 553
Honorários	483 373	104 560
Conservação e reparação	4 456	1 209
Materiais		
Ferramentas e utensílios	-	682
Livros e Documentação Técnica	5 012	-
Material de escritório	1 380	381
Energia e Fluidos		
Electricidade	37 613	33 263
Combustíveis	1 342	-
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	24 647	15 665
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	532 742	490 132
Comunicação	45 095	47 028
Seguros	7 401	3 715
Contencioso e notariado	7 859	6 867
Despesas de representação	1 065	-
Limpeza, Higiene e Conforto	4 031	3 914
Outros	24 817	1 109
	3 357 654	1 640 052

O aumento dos trabalhos especializados e honorários são referentes a custos incorridos com operações pontuais

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Gastos e Perdas em empresas do grupo e associadas		
Ajustamento Activos Financeiros	19.413	27.991
	19.413	27.991
Impostos	115.229	221.024
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	17.923	4.089
Donativos	91.000	15.500
Quotizações	12.800	20.278
Insuficiência de estimativa para impostos	228.149	396.500
Multas não fiscais	167	-
	465.269	657.391



18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO

Conforme mapa seguinte as depreciações e amortizações totalizam 383.143 Euros. (77.488 em 2013):

	2014	2013
Gastos de depreciação e de amortização		
Activos Fixos Tangíveis (Nota 6)	382.053	73.127
Activos Intangíveis (Nota 5)	1.090	4.361
	383.143	77.488

19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Juros Obtidos		
De Depósitos	160.435	3.861
De outras aplicações de Meios Financeiros Líquidos	513	-
Dividendos Obtidos		
Dividendos	15.102.115	6.898.306
	15.263.063	6.902.167

20. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Juros Suportados		
De Financiamentos Obtidos	1 817 717	635 461
De Locações Financeiras	23 515	1 715
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
De Financiamentos Obtidos	5 667	11 563
Outros	586 459	112 408
	2 433 358	761 146



21. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Estas demonstrações financeiras separadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Desde 31 de Dezembro de 2014 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

22. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para feitos da alínea d) do n.º5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), durante o período de 2014, a entidade não efetuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

SELO CAIXA Nº 10


Vice-Lí de Mello

José de Mello

José de Mello



7.3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS


108

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de José de Mello Saúde, S.A., as quais compreendem: a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 162.984.803 Euros e um total de capital próprio de 47.807.226 Euros, incluindo um resultado líquido de 18.693.768 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e

- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de José de Mello Saúde, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

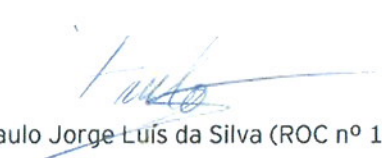
Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o ponto 8.4 - Informação

sobre a Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade do Relatório e Contas
inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 13 de Abril de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)



[esta página é propositadamente deixada em branco para substituir pela Certificação Legal de Contas]



7.4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA 2014

113

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

Nos termos legais, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as contas individuais e consolidadas e o relatório de gestão individual e consolidado da José de Mello Saúde, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

Ao nível da análise de controlos internos e avaliação do risco, o Conselho Fiscal interagiu muito positivamente com a direcção de auditoria interna do grupo, tendo obtido os esclarecimentos e conforto considerados necessários.

Relevamos positivamente a melhoria acentuada da situação líquida da sociedade quer em termos individuais quer em termos consolidados. Saliemos ainda o crescimento do balanço da Sociedade que ultrapassou os 450 milhões de Euros, em parte devido ao *buy, sale & leaseback* dos imóveis do Hospital das Descobertas e do Hospital da Infante Santo.

O relatório do Conselho de Administração explana a orientação da política seguida pela Sociedade no exercício, bem como a proposta de actuação para o exercício de 2015.

A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fim do exercício e traduzem a situação financeira da Sociedade.

Como nos competia procedemos à verificação dos termos da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, tendo concluído que o seu conteúdo merece o nosso acordo.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da Sociedade José de Mello Saúde, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Nestes termos somos de parecer que:

- 1º A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2014 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- 2º O Relatório de Gestão do exercício de 2014 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- 3º O Relatório divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários sobre a estrutura e práticas do governo societário;
- 4º A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2014, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- 5º A Demonstração Consolidada da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Resultado Integral Consolidados, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas Consolidadas, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Finalmente desejamos agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das funções.

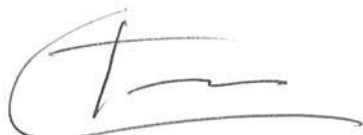
Lisboa, 13 de Abril de 2015

O Conselho Fiscal



José Manuel Gonçalves de Morais Cabral

Presidente



João Filipe de Moura-Braz Corrêa da Silva

Vogal



José Luís Bonifácio Lopes

Vogal